

# O BRASIL VISTO DE FORA

Organização

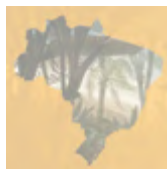
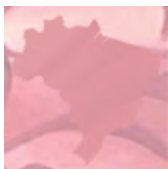
Eduardo Munhoz Svartman  
Luciana Wietchikoski

Os *think tanks* e as representações sobre o Brasil num mundo em mudança (2000-2020)



**Fundação Konrad Adenauer** é uma fundação política da República Federal da Alemanha que, naquele país e no plano internacional, vem trabalhando em prol dos direitos humanos, da democracia representativa, do Estado de Direito, da economia social de mercado, da justiça social e do desenvolvimento sustentável. Os principais campos de atuação da Fundação Konrad Adenauer são a formação política, o desenvolvimento de pesquisas aplicadas, o incentivo à participação política e social e a colaboração com as organizações civis e os meios de comunicação. A Fundação Konrad Adenauer está no Brasil desde 1969 e atualmente realiza seu programa de cooperação internacional por meio da Representação no Brasil, no Rio de Janeiro, trabalhando em iniciativas próprias e em cooperação com parceiros locais. Com suas publicações, a Fundação Konrad Adenauer pretende contribuir para a ampliação do debate público sobre temas de importância nacional e internacional.

[adenauer-brasil@kas.de](mailto:adenauer-brasil@kas.de)  
[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)



# O BRASIL VISTO DE FORA

**Organização**

Eduardo Munhoz Svartman  
Luciana Wietchikoski

Os *think tanks* e  
as representações  
sobre o Brasil num  
mundo em mudança  
(2000-2020)

EDITORA RESPONSÁVEL

Anja Czymmeck

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Reinaldo Themoteo

ORGANIZAÇÃO

Eduardo Munhoz Svartman

Luciana Wietchikoski

REVISÃO

Giselle Moura

PROJETO GRÁFICO

Daniela Knorr

*Capa e aberturas* - Mosaico de mapas do Brasil, inspirado em pintores brasileiros.



Detalhe da obra *Famille d'un Chef Camacan se préparant pour une Fête de Jean-Baptiste Debret*

Credito: *Jean-Baptiste Debret, Public domain, via Wikimedia Commons*

Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Famille\\_d%27un\\_Chef\\_Camacan\\_se\\_pr%C3%A9parant\\_pour\\_une\\_F%C3%AAt\\_e.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Famille_d%27un_Chef_Camacan_se_pr%C3%A9parant_pour_une_F%C3%AAt_e.jpg)>. Acesso em 10/01/2022.

IMPRESSÃO

Oficina de Livros

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Lumos Assessoria Editorial

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

B823 O Brasil visto de fora : os think tanks e as representações sobre o Brasil num mundo em mudança (2000-2020) / organização Eduardo Munhoz Svartman e Luciana Wietchikoski. — 1. ed. — Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2021.  
144 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-89432-12-8

1. Institutos de pesquisa. 2. Ciência política.  
3. Planejamento político. 4. Política econômica.  
I. Svartman, Eduardo Munhoz. II. Wietchikoski, Luciana.  
III. Título.

CDD 327.17

**As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores.**

Todos os direitos desta edição reservados à

© 2021, Konrad Adenauer Stiftung e.V.

Fundação Konrad Adenauer

Rua Guilhermina Guinle, 163 • Botafogo • CEP: 22270-060 • Rio de Janeiro • RJ • Brasil

Tel: (+55/21) 2220-5441 • Fax: (+55/21) 2220-5448

# SUMÁRIO

**Introdução**

5

**1. De Parceria Estratégica a Potência do Caos: o Brasil segundo os *Think Tanks* Europeus (2003-2021)**

11

*Fernando Preusser de Mattos  
Bruna Rohr Reisdorfer*

**2. “Tamanho não é documento” – o status internacional do Brasil na perspectiva de *Think Tanks* britânicos**

47

*Daniel Buarque  
Vinicius Mariano de Carvalho*

**3. O Brasil visto pela Rússia: representações russas sobre o Brasil de 2000 a 2020**

81

*Alexandra Arkhangelskaya  
Boris P. Zabolotsky  
Fabiano P. Mielniczuk*

**4. Os *think tanks* chineses e o Brasil: avanços e recuos de uma parceria do Sul Global**

105

*Luciana Wietchikoski  
Eduardo Munhoz Svartman*

**Conclusão**

139

## 4. Os think tanks chineses e o Brasil: avanços e recuos de uma parceria do Sul Global<sup>1</sup>

Luciana Wietchikoski  
Eduardo Munhoz Svartman

### 4.1 Introdução

A literatura sobre os *think tanks* das grandes potências ocidentais destaca como estas organizações influenciam o processo de debate, formulação e percepção das políticas desses países e do ambiente internacional. Como organizações que perpassam e articulam os mundos das elites acadêmica, política, dos negócios e do jornalismo, os *think tanks* anglo-saxões buscam formar consensos sobre políticas específicas, bem como influenciar o processo decisório nacional (ABELSON, 2006; MEDVETZ, 2012; STONE, 2000, 2007). Na China, os *think tanks* de política externa também têm uma tradição e nas últimas décadas vêm desempenhando papéis relevantes no processo de formulação da política externa do país. Existentes desde os anos 1950 e com fortes relações com o aparato governamental, com o Partido Comunista Chinês, assim como, mais recentemente, com as universidades e empresas estatais, atualmente os *think tanks* chineses também se caracterizam pela interação com o debate público nacional e transnacional. Em um contexto de crescente demanda de expertise técnica e informações para a elaboração de políticas e de maior complexificação do processo decisório chinês<sup>2</sup>, os *think tanks* são fontes alternativas de assessoramento para as lideranças e fornecedores de conhecimento especializado para a mídia e ao empresariado chineses.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte da pesquisa em andamento de pós-doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina da coautora Luciana Wietchikoski. Agradeço imensamente aos colegas brasileiros que estudam a China pelas contribuições à pesquisa. Também aos diretores e pesquisadores dos *think tanks* analisados que gentilmente concederam entrevistas e materiais. Em especial, agradeço a Quelen Cassini, Cunhai Guo (郭存海), Zhou Lin (周琳) e Marcos Cordeiro Pires. Reiteramos nossa inteira responsabilidade com o conteúdo aqui exposto.

<sup>2</sup> Apesar de as decisões estratégicas mais sensíveis continuarem centralizadas no Comitê Permanente do Politburo, verifica-se nos últimos anos a multiplicação de atores participantes (MONTENEGRO, CUMARÚ, 2020).

Portanto, consideramos os *think tanks* importantes espaços para identificar as percepções sobre o Brasil em circulação nas esferas político-burocrática, dos negócios, acadêmica e na opinião pública nacional na China. Assim, este capítulo tem o objetivo de identificar as principais visões produzidas pelos *think tanks* chineses em relação ao Brasil a partir dos anos 2000.

Neste novo século, Brasil e China têm desenhado e praticado uma complexa e diversificada relação. Em termos bilaterais, por exemplo, a China tornou-se, desde 2009, o principal parceiro comercial e grande investidora no Brasil. Já para a China, o Brasil tornou-se um importante fornecedor de matérias-primas. Em termos multilaterais, os dois países convergiram e atuaram concertadamente em diversos fóruns da governança global. Diante disso, levantamos os seguintes questionamentos à produção dos *think tanks* chineses: Qual a relevância do Brasil para a China? Como foi avaliada a atuação internacional e doméstica do Brasil? Como as mudanças nas políticas doméstica e externa ao longo das duas últimas décadas foram avaliadas?

Para responder a esses questionamentos, numa primeira seção realizamos um breve panorama recente das relações Brasil-China. Na seção dois apresentamos uma visão geral dos *think tanks* chineses, sua evolução histórica e relação com o processo decisório e com o debate público. Na seção três apresentamos e caracterizamos os centros e autores que concentram a produção chinesa sobre o Brasil. Com esses elementos contextuais delineados, na quarta seção analisamos o conteúdo das produções textuais de 65 documentos sobre o Brasil nos eixos temáticos que definem o recorte deste livro: (1) políticas externa e de defesa; (2) democracia, direitos humanos e desenvolvimento econômico e; (3) meio ambiente. Ao final, sintetizamos nosso argumento numa breve conclusão.

Argumentamos que o Brasil é visto pelos *think tanks* estudados como um ator internacional importante, seja pelo seu peso econômico e recursos naturais, seja pelo seu desenvolvimento tecnológico em algumas áreas. Durante a primeira década e meia, o Brasil foi descrito como um país que aprofundou seu desenvolvimento nas esferas econômica, social e ambiental. Quanto à atuação externa, foi descrito como um líder regional responsável, promotor do desenvolvimento e da ampliação da participação dos países em desenvolvimento no sistema de governança global. Tais características foram descritas como convergentes aos interesses e objetivos chineses, o que engendrou recomendações de aprofundamento de parcerias

bilaterais e multilaterais entre China e Brasil. A partir de 2016, os *think tanks* chineses destacaram grandes inflexões na orientação política em todas as temáticas aqui abordadas, o que se acentuou depois de 2019. Assim, as representações sobre o Brasil descrevem um arco que vai da crescente relevância e promoção do Sul Global ao retraimento da presença internacional e regressão nas questões ambientais e no diálogo político com a China.

## 4.2 O adensamento das relações Brasil-China

No contexto da política externa “pragmática, ecumênica e responsável”, em 1974 o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC). Nos primeiros anos, além de acordos comerciais, dois países realizaram visitas de alto nível, como a primeira visita oficial de um presidente brasileiro à China com João Batista Figueiredo em 1982 e a vinda do primeiro-ministro Zhao Ziyang, em 1985. Ainda na década de 1980, foi assinado acordo de cooperação visando a construção e lançamento de satélites de sensoriamento remoto. O Programa Satélite de Recursos Terrestres Brasil-China (na sigla em inglês, CBERS)<sup>3</sup> foi o primeiro projeto entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia (BECARD, 2011; ITAMARATY, 2021; OLIVEIRA, 2010).

Na década de 1990, o foco foi prioritariamente comercial, amparado no crescente interesse bilateral, no aumento das visitas oficiais e em novos marcos institucionais. É nesse enquadramento que, reforçando os laços e a relevância no sistema internacional, em 1993 foi firmado o acordo de parceria estratégica entre China e Brasil. Na mesma orientação, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) deu continuidade à aproximação com a China no âmbito comercial, nas áreas de investimento empresariais conjuntos e projetos de ciência e tecnologia (BECARD, 2011).

Nos anos 2000 registra-se um significativo adensamento e complexificação das relações entre Brasil e China, seja no plano comercial, seja no político. Em busca de desenvolvimento, durante os governos Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), o Brasil praticou uma política externa que, entre outros temas, promovia a solidariedade entre países do Sul Global e a maior participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios internacionais. Nessa conjuntura, a China desde cedo

---

<sup>3</sup> Até hoje com o lançamento de quatro satélites: respectivamente em 1999, 2003, 2007 e 2014.



figurou como um importante parceiro, evidenciado na visita oficial de 2004 na qual o presidente brasileiro foi acompanhado de cinco ministros e mais de 500 empresários (CERVO 2010; FLEMES, 2010; SILVA, 2015; VIGEVANI, CEPALUNI, 2007). O governo chinês também conferiu maior importância ao Brasil. Buscando alimentar seu forte crescimento econômico, baseado na industrialização intensiva, a China identificava no Brasil um mercado para produtos e investimentos e uma fonte de matérias-primas e energia (BECARD, 2011). Na arena política, identificou também a possibilidade de agir em conjunto com o Brasil em temas de mútuo interesse da agenda internacional, particularmente aqueles ligados ao desenvolvimento econômico e social (OLIVEIRA, 2010).

Esse interesse mútuo e convergente entre os dois países ensejou a institucionalização de mecanismos formais. Ainda em 2004, por intermédio da visita oficial do presidente da China, Hu Jintao, foi estabelecido o principal instrumento de coordenação bilateral vigente: a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Com reuniões periódicas, a COSBAN é o elo permanente de mais alto nível entre os governos do Brasil e da China e seu funcionamento se dá partir de 11 subcomissões.<sup>4</sup> Também foi criado o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), uma instituição bilateral sem fins lucrativos formada por duas seções independentes, no Brasil e na China. Desde 2015 é oficialmente reconhecido, no Plano de Ação Conjunta assinado entre o Brasil e a China, como o principal interlocutor dos governos na promoção das relações empresariais entre os dois países (CEBC, 2021).

Ao longo do tempo, vários outros mecanismos foram criados, mostrando o adensamento das relações: Diálogo Estratégico (2007); Diálogo Financeiro Brasil-China (2008); Plano de Ação Conjunta – contemplando todas as áreas de atuação bilateral e aprovado pelo Brasil em 2010 (BECARD, 2011). Com esse enquadramento e o acelerado crescimento econômico da China, o comércio bilateral ampliou-se de forma marcante entre 2001 e 2018 – passando de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 98,9 bilhões. Desde 2009 a China é o principal parceiro comercial do Brasil e tem sido uma das principais fontes de investimento externo. Em 2012, a China tornou-se, também, o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil (ITAMARATY, 2021).

---

<sup>4</sup> Político, econômico-comercial; econômico-financeiro; de inspeção e quarentena; agricultura; energia e mineração; ciência, tecnologia e inovação espacial; indústria e tecnologia da informação; cultural, e educacional, mais sete grupos de trabalho.

O estabelecimento de mecanismos formais continuou no governo de Dilma Rousseff. Destacam-se o Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia e Inovação e o Plano de Ação Conjunta entre Brasil e China em 2011, a assinatura do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021)<sup>5</sup> e a elevação do relacionamento sino-brasileiro ao patamar de Parceria Estratégica Global. De grande impacto foi a criação e atuação coordenada de fóruns internacionais como o BRICS, o G20 e o BASIC, o que permitiu a discussão e concertação a respeito de diversos tópicos da agenda internacional, como economia, desenvolvimento e mudança climática (BECARD, 2011; OLIVEIRA, 2010).

O adensamento também ensejou, no Brasil, a identificação das assimetrias e críticas (BECARD, 2011, 2014; OLIVEIRA, 2010, 2016). Becard (2011, 2014) aponta, por exemplo, como a relação comercial entre o Brasil e a China é desigual em termos de valor agregado. Enquanto a China comercializa automóveis, motocicletas, aeronaves, eletrônicos e produtos de alta tecnologia, o Brasil, por outro lado, exporta principalmente produtos primários para a China (especialmente minério de ferro, soja, celulose e petróleo). Outra ponderação é em relação a uma possível desindustrialização em alguns setores específicos no Brasil, causados pela presença de produtos manufaturados chineses (feitos no Brasil ou na China) (BECARD, 2014). Nas relações multilaterais, também se verificam frustrações, como o não apoio de Pequim à demanda brasileira por uma vaga no Conselho de Segurança da ONU (CEPIK et al., 2021).

Essas relações tomam novo rumo no governo Bolsonaro. Desde a campanha, o presidente brasileiro tem proferido discursos críticos em relação à China, mimetizando o comportamento do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e proclamado estreito alinhamento com Washington (WIETCHIKOSKI, SVARTMAN, 2020). Ainda em campanha, visitou Taiwan e, durante a pandemia da Covid-19, criticou a vacina chinesa e acusou a China de ter fabricado o vírus. Funcionários do alto escalão do governo também alimentaram a retórica crítica e xenófoba ao longo dos dois primeiros anos do governo. Diante do papel internacional da China e desse quadro das relações bilaterais, consideramos então relevante compreender como a China vê o Brasil, seu papel no sistema internacional e nas relações bilaterais e como têm sido avaliadas as inflexões (ou descontinuidades) da inserção internacional brasileira.

---

<sup>5</sup> Ciência e tecnologia e inovação e cooperação espacial; energia, mineração, infraestrutura e transportes; investimentos, parcerias industriais e cooperação financeira; cooperação econômico-comercial; cooperação cultural e educacional e intercâmbio entre sociedades civis.

### 4.3 Panorama dos *think tanks* de política externa na China

Atualmente a China tem 1.413 *think tanks*, sendo o segundo país que mais sedia instituições dessa natureza (MCGANN, 2021). Provenientes do governo, das universidades e dos institutos filiados ao Partido Comunista da China, os *think tanks* de política externa se caracterizam por estruturas institucionais que assessoram o governo, o empresariado e a mídia. Com graus variados de ligação com o governo e o Partido, esse perfil é valorizado pelos próprios *think tanks*, vistos como critérios de confiança e credibilidade (MONTENEGRO, CUMARÚ, 2020).

Em função das mudanças políticas na elite governante chinesa, das diferentes fases de inserção internacional do país e da consequente variação nos tipos de atividades atribuídos e sobrepostos ao longo das décadas, os *think tanks* chineses de política externa podem ser descritos a partir de três gerações (ABB, KÖLLNER, 2015; ABB, 2015)<sup>6</sup>. A primeira se estende pelas décadas de 1950 e 1960. Inspirados no modelo soviético de institutos de pesquisas<sup>7</sup>, os primeiros *think tanks* foram criados por iniciativa das lideranças políticas e subordinados a ministérios específicos (como, por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores). Tinham como função fornecer apoio/conhecimento “especializado” ao processo de tomada de decisão e planejamento sobre política e economia internacional ao governo chinês (TANNER, 2002; ZHU, 2011; SHAMBAUGH, 2011). Como exemplos de *think tanks* fundados nesse período, temos o China Institute of International Studies<sup>8</sup> (em chinês, 中国国际问题研究所) (1956) e o Shanghai Institutes for International Studies (em chinês, 上海国际问题研究院) (1960). Contudo, durante a Revolução Cultural (1966-76), as atividades dessas organizações foram suspensas.

As reformas e a abertura ao sistema internacional promovidas por Deng Xiaoping a partir de 1978 e a consequente ampliação das demandas governamentais por informações, análises e mecanismos de construção de consensos

---

<sup>6</sup> Apesar do conteúdo sobre a evolução histórica dos *think tanks* chineses ser relativamente consensual, é importante destacar que a literatura apresenta números variados de divisões históricas. Optamos pela definição de Abb; Köllner (2015) e Abb (2015).

<sup>7</sup> Se caracterizavam por ser altamente centralizadores em termos de financiamento e formação de agenda (MONTENEGRO, CUMARÚ, 2020; AHMAD, 2020).

<sup>8</sup> Em razão da utilização usual dos nomes em inglês pela comunidade nacional e internacional, optamos por apresentar a tradução em inglês dos nomes dos *think tanks* chineses.

para as decisões sobre a atuação externa chinesa levaram à criação de uma segunda geração de *think tanks*. Assim, o governo chinês autorizou a reabertura dos antigos *think tanks* e a criação de novos, capazes de elaborar relatórios mais fundamentados teórica e empiricamente. Sob afiliações ministeriais, a partir dessa segunda geração, como destacam Montenegro e Cumarú (2020), houve o abandono do modelo soviético e a adoção de novas práticas, como maior liberdade para os institutos lançarem e desenvolverem seus próprios projetos e contratar pesquisas. Como exemplos de *think tanks* desse período temos a fundação do China Center for International Studies (1982)<sup>9</sup> e a independência da Academia Chinesa de Ciências Sociais (em inglês, Chinese Academy of Social Sciences–CASS, e, em chinês, 中国社会科学院) (1977), da Academia Chinesa de Ciências (em inglês, Chinese Academy of Sciences–CAS, e, em chinês, 中国科学院) (ZHU, 2011; AHMAD, 2008; TANNER, 2002; MONTENEGRO, CUMARÚ, 2020).

Na década de 1990, os *think tanks* chineses já eram atores consolidados nos espaços decisórios governamentais centrais, sendo frequente, por exemplo, o então presidente Jian Zemin (1993-2003) receber conselhos de especialistas de *think tanks* de Xangai (LI, 2009; MONTENEGRO, CUMARÚ, 2020). O crescimento da influência econômica do país e a conexão cada vez maior com a economia global a partir dos anos 2000 levaram o país a enfrentar uma série de novas questões e responsabilidades internacionais, envolvendo, por exemplo, esquemas de governança global e regional, mudança climática, desenvolvimento do direito internacional e o funcionamento das finanças globais (ABB, KÖLLNER, 2015; ZHU, 2011; AHMAD, 2008). Nessa conjuntura de aumento de demandas por respostas políticas, uma terceira geração de *think tanks* se desenvolveu. Para dar conta dessas necessidades, o governo passou a financiar a pesquisa e a criação de instituições dedicadas às áreas de interesse específicos, alocando recursos em *think tanks* e universidades (ABB, 2015). Um desses exemplos é o próprio Centro de Estudos Brasileiros (em chinês, 巴西研究中心) da CASS, criado em 2009 em resposta à demanda induzida pela intensificação das relações bilaterais e pela maior importância internacional do Brasil. Também se observa nesse período o crescimento de *think tanks* abertos em universidades (ZHU, XUE, 2007; AHMAD, 2008), como é o caso do Centro de Pesquisas Brasileiro (em chinês, 巴西研究中心) da Universidade de Hubei, fundado em 2012. No decorrer desse processo, os quadros dos *think tanks* têm se qualificado, de modo que atualmente predominam os pesquisadores com doutorado.

<sup>9</sup> Em 1998 foi fundido com o China Institute of International Studies (em chinês, 中国国际问题研究所) (think tank do Ministério das Relações Exteriores da China).

Nos últimos anos, os *think tanks* ampliaram ainda mais suas funções. Destacam-se, nesse sentido, as reformas implantadas por Xi Jinping em favor de “um novo tipo de think tank com características chinesas”, às quais orientaram os *think tanks* a tornarem-se agentes de comunicação externa de Pequim bem como a influenciar os debates políticos globais. Essa diretriz também foi aplicada ao ambiente doméstico, onde os *think tanks* incorporaram às suas atividades a orientação da opinião pública via publicação em jornais, revistas e em entrevistas na mídia de massa chinesa. É também a partir desse momento que os *think tanks* chineses passam a intensificar os intercâmbios internacionais, viagens regulares ao exterior e de concessão de bolsas a especialistas estrangeiros (MENEGAZZI, 2018).

Os *think tanks* de política externa chineses passaram por grandes transformações nos últimos anos. Ainda assim, mantêm forte relação com o Estado e o Partido que, na figura do governo central ou de certas municipalidades, são os maiores provedores de recursos e direcionadores das agendas; formalmente seus quadros são funcionários públicos. Essa relação, por sua vez, tem arranjos institucionais variados que permitem graus diferentes de interação com o poder político, de modo que autores como Li (2002) e Zhu (2011) destacam três categorias (LI, 2002; ZHU, 2011).

**1) Instituições governamentais de pesquisa:** investigam temas e produzem relatórios a pedido dos círculos decisórios superiores do Ministério dos Assuntos Exteriores, do Politburo e do Conselho de Estado. Dependendo da conveniência, os relatórios são remetidos também para outros ministérios, contudo, nem todas as informações circulam por canais institucionais, sendo muito comum a prática de contatos pessoais e uso de redes privadas. O China Center for International Studies e o Shanghai Institutes for International Studies são exemplos de instituições cujos relatórios reservados “sobem” para os círculos decisores.

**2) Instituições acadêmicas de pesquisa:** são afiliadas a órgãos do Estado, mas não totalmente subordinadas, como a Academia Chinesa de Ciências Sociais (diretamente ligada ao Conselho de Estado e intimamente ligada à Escola Central do Partido Comunista da China e ao seu Departamento de Propaganda). Possuem centros de pesquisa sobre vários ramos do conhecimento e regiões, seus pesquisadores são altamente qualificados e produzem estudos publicados conforme as regras do meio universitário. Também produzem relatórios que se assemelham aos *policy papers* dos *think tanks* ocidentais e alguns de seus quadros são convidados a apresentar suas visões nos ministérios.

**3) Instituições baseadas em universidades:** sua principal característica é que estão vinculadas ou afiliadas a um departamento universitário. Também dispõem de pessoal altamente qualificado. Além disso, sua audiência consiste tanto de futuros quadros governamentais e da diplomacia quanto de acadêmicos e diplomatas estrangeiros. Como exemplo, destaca-se o Centro de Pesquisas Brasileiro da Universidade de Hubei.

Em paralelo a essas classificações, é importante observar que os indivíduos que compõem os quadros dos *think tanks* chineses têm ligações institucionais complexas e circulam em diferentes espaços ao mesmo tempo. Por exemplo, tanto a diretora do Centro de Pesquisas Brasileiro da Universidade de Hubei, Cheng Jing, e o diretor do Centro de Estudos Brasileiros, Zhou Zhiwei, são membros da Associação de Estudos Latino-Americanos, que conta com a participação de pesquisadores e analistas sobre a região de diversas universidades e *think tanks*. Portanto, são quadros que têm ampla circulação e possivelmente diferentes formas de acesso aos espaços decisórios político-partidários e de debate público nacionais.

Como é possível identificar, atualmente os *think tanks* chineses não são apenas diversificados em seus arranjos organizacionais, eles também desenvolvem diferentes atividades. Shai e Stone (2004) resumem em quatro papéis distintos. O primeiro é o de “filtros de informações”, no qual seus quadros fornecem às lideranças governamentais análises que sistematizam – e filtram – dados e informações coletados junto à sociedade e no exterior. Como as lideranças tenderiam a limitar suas opções àquelas apresentadas pelos *think tanks*, este seria o espaço de influência na definição das percepções e no estabelecimento das agendas dos decisores. Um segundo papel é o de justificação e legitimação de agendas de determinadas lideranças nos embates políticos internos na estrutura de poder chinesa. Além disso, os *think tanks* também atuam como introdutores de novas ideias, apresentando e descrevendo práticas utilizadas em outros países que podem ser adotadas para resolver problemas específicos identificados pelas lideranças políticas. Por fim, o quarto papel é o de “interlocutores”. Ao promover a circulação de ideias e pessoas, os *think tanks* fornecem às elites políticas chinesas elementos sobre as percepções e intenções de países estrangeiros ao mesmo tempo em que comunicam para audiências externas as perspectivas gerais ou mensagens específicas do governo chinês.

Para completar o panorama do ambiente dos *think tanks* chineses, destacamos os atores institucionais responsáveis pela formulação da política

externa chinesa e as maneiras como Pequim define sua inserção internacional. Conforme Shambaugh (2013), os atores burocráticos envolvidos na política externa podem ser estratificados em cinco “círculos concêntricos”, sendo o primeiro composto pelas lideranças centrais do Politiburo, do Comitê Central e de órgãos restritos da alta administração. O segundo é composto pelo Ministério dos Assuntos Exteriores e demais ministérios envolvidos, como Defesa ou Finanças, conforme o tema em pauta. O terceiro círculo é formado pelos diferentes *think tanks*. Como vimos, eles fornecem informação, inteligência e assessoria fundamentalmente ao segundo círculo, o ministerial, se comportando como instrumentos de assessoramento daqueles que decidem. O quarto círculo é composto pelas empresas estatais chinesas e algumas grandes cidades e, por fim, o quinto é feito por indivíduos, em geral dos *think tanks*, que manifestam suas opiniões em comentários na mídia.

Shambaugh (2013) também salienta que a China possui várias identidades internacionais que competem entre si e que se direcionam a audiências diferentes. Segundo o autor, no espectro discursivo de Pequim haveria nada menos do que sete identidades internacionais para a China, compreendendo desde visões nativistas, passando pela solidariedade com o Sul Global, até o globalismo. Tal diversidade é indicadora das disputas internas pela condução da política externa chinesa. É, portanto, neste ambiente competitivo que os *think tanks* operam. Identificamos que aqueles que publicam sistematicamente a respeito do Brasil podem ser enquadrados no que Shambaugh definiu como “Escola do Sul Global”. De forma geral, enfatizam a importância das relações da China com os países em desenvolvimento e é a corrente de pensamento que mais defende o BRICS, o G-20 bem como a construção de uma ordem global multipolar (SHAMBAUGH, 2013).

## 4.4 Os principais *think tanks* chineses dedicados ao Brasil

Entre os principais *think tanks* de política externa da China, identificamos três organizações com produções e atividades continuadas sobre o Brasil a partir dos anos 2000. São eles: 1) o Centro de Estudos Brasileiros, ligado ao Instituto de América Latina da Academia Chinesa de Ciências Sociais; 2) o Centro de Pesquisas Brasileiro da Universidade de Hubei e 3) o Shanghai Institutes for International Studies. Abaixo apresentamos um perfil geral e a agenda desses três *think tanks*, em seguida, alguns elementos avaliativos.

**Centro de Estudos Brasileiros da Academia Chinesa de Ciências Sociais.** Inicialmente subordinada ao Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Academia Chinesa de Ciências (fundada em 1949) (CAS), a Academia de Ciências Sociais da China (CASS) se tornou um centro independente em 1977. Com sede em Pequim e afiliada ao Conselho de Estado, a CASS é o principal centro de pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas da China. Desenvolvendo atividades de pesquisa em seus atuais 40 institutos e 140 centros, a CASS tem ainda, desde 1978, cursos de mestrado e doutorado. Recentemente, em 2017, recebeu do Ministério da Educação Nacional o *status* de universidade ao também incorporar cursos de graduação<sup>10</sup> (CASS, 2021A; GSCASS, 2021).

Impulsionada pela política do período de Mao Zedong de aproximar-se dos países do então chamado Terceiro Mundo, na década de 1960 a CASS conduzia estudos sobre o Brasil através do Instituto de América Latina (em chinês, 拉丁美洲研究所) (ILAS, sigla em inglês)<sup>11</sup>. Com o objetivo de produção de análises sobre a história e o contexto político, econômico e cultural do Brasil, ao longo dos anos, suas atividades principais consistiram na publicação de artigos científicos, tradução de livros, promoção de intercâmbio com professores e estudantes brasileiros e a formação de chineses especialistas em América Latina. Entre as publicações editadas pelo ILAS, destacamos a Revista Estudos Latino-americanos (em chinês, 拉丁美洲研究). Fundada em 1979 e até hoje a única revista exclusiva de estudos latino-americanos na China, o periódico é um dos principais veículos para especialistas de diferentes *think tanks* e universidades da China divulgarem suas investigações acerca do Brasil na atualidade (ILAS-CASS, 2021A).

Um importante marco, não só à produção, mas também sobre a circulação das ideias acerca do Brasil, ocorreu em 2009 com a criação do Centro de Estudos Brasileiros no ILAS. Com a missão de “promover o entendimento acadêmico e público do Brasil, facilitar a comunicação mútua de todos os setores das sociedades chinesa e brasileira e aconselhar a formulação de políticas governamentais sobre as relações bilaterais” (ZHOU, 2021, tradução nossa), a CASS ampliou suas atividades e passou a promover também

---

<sup>10</sup> Com 39 departamentos de ensino para programas de pós-graduação e 11 escolas, a universidade oferece 115 cursos de doutorado, 120 cursos de mestrado, 8 cursos de mestrado profissional e 34 de bacharelado. Atualmente, mais de 7 mil alunos estão registrados em tempo integral (GSCASS, 2021).

<sup>11</sup> O Instituto da América Latina (ILAS) foi fundado em 4 de julho de 1961 e era subordinado à diretoria de Filosofia e Ciências Sociais da Academia Nacional de Ciências da China (CAS, sigla em inglês). Em 1964, ele se tornou parte do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China. Durante a Revolução Cultural, o trabalho de pesquisa do instituto foi suspenso. Em abril de 1976, foi reaberto e, desde janeiro de 1981, está subordinado à Academia Chinesa de Ciências Sociais (ILAS-CASS, 2021).



atividades com quadros governamentais e empresariais do Brasil da China. Contando com uma equipe de 62 funcionários (composta por pesquisadores, editores e administradores) e mantendo cinco pesquisadores em tempo integral, o ILAS mantém entre suas atividades boletins trimestrais, participação em eventos (com a embaixada chinesa, *think tanks* e organizações empresariais brasileiras), investigações em assuntos comerciais, intercâmbios acadêmicos de seus membros com universidades e *think tanks* brasileiros (ZHOU, 2021; ILAS-CASS, 2021b).

***Centro de Pesquisas Brasileiro da Universidade de Hubei.*** Fundada em 1931, a Universidade de Hubei também tem tradição nos estudos sobre o Brasil, sendo, inclusive, considerada a primeira universidade chinesa a desenvolver atividades sobre o país. Com trabalhos desde os anos 1960, em 1985 os estudos brasileiros na universidade foram concentrados no seu Programa de Pós-Graduação em História da América Latina (HUBEI UNIVERSITY, 2021; CHENG, 2021).

Assim como a CASS, a Universidade de Hubei também criou o seu Centro de Pesquisas Brasileiro. Inaugurado em 2012 e atualmente com 20 pesquisadores, o objetivo principal do centro é fornecer aporte ao governo da China sobre o Brasil por meio de análises da situação econômica, política e de política externa atual do país e das relações sino-brasileiras. O centro também busca ser um espaço para divulgação de ideias a respeito do Brasil para a sociedade e pesquisadores chineses. Logo, entre as atividades principais do centro estão a publicação de artigos, livros e promoção de intercâmbios acadêmicos entre brasileiros e chineses (CHENG, 2021).

***Shanghai Institutes for International Studies – SIIS.*** Fundado em 1960, o Shanghai Institutes for International Studies é um *think tank* afiliado e totalmente financiado pelo Governo Popular Municipal de Xangai. Como unidade chave de cooperação para análise política do Ministério das Relações Exteriores, o objetivo do SIIS é fornecer à diplomacia da China e aos atores de Xangai conteúdos sobre política, economia, diplomacia e segurança internacional. Atualmente, com uma equipe de 106 pesquisadores em tempo integral, 6 institutos e 6 centros de pesquisa, as principais atividades do SIIS são assessoria política, inovação teórica, intercâmbios internacionais e publicações na mídia (SIIS, 2021; NIU, 2021).

Em consequência do crescimento das relações com o Brasil e, portanto, da

demanda de informações para tomada de decisões, em 2006 o SIIS integrou à sua agenda análises sobre o Brasil, com destaque para os temas ligados à cooperação internacional e governança global. Paralelamente, o SIIS também produz conteúdos sobre o Brasil destinados à comunidade acadêmica e à mídia chinesa na forma de publicações, conferências acadêmicas e entrevistas na mídia (NIU, 2021).

Além da produção sobre o Brasil ser realizada a partir de *think tanks* com diferentes relações com o governo – ligados diretamente (SIIS), por pesquisas acadêmicas (CASS) e através de centro em universidades (Centro de Pesquisas Brasileiro da Universidade de Hubei), outra característica é o formato e a circulação desse conteúdo. Se antes dos anos 2000 a produção tinha um perfil mais acadêmico e de circulação restrita, atualmente visa prioritariamente os espaços decisórios (da China) bem como circular na academia, empresas, mídia chinesa e a audiência brasileira. Assim, observamos que as publicações sobre o Brasil nos *think tanks* chineses acompanham as próprias transformações pelas quais essas organizações passaram nos últimos 20 anos, tendo a função não somente de orientar a formulação de políticas para o processo decisório, mas também buscar consenso e legitimidade para a estratégia e as políticas chinesas para o Brasil.

Através do perfil e do monitoramento de atividades públicas dos principais articulistas desses três *think tanks*<sup>12</sup>, pudemos identificar os elementos acima descritos e alguns dos espaços sociais públicos por onde as ideias produzidas sobre o Brasil circularam/circulam. No quadro 1, observa-se que os *think tanks* chineses abrigam quadros especializados sobre Brasil. A maioria dos articulistas são doutores, com pelo menos uma estadia no Brasil e contatos com instituições brasileiras. Portanto, são profissionais que possuem conhecimento e experiência sobre o Brasil, que os tornam fontes procuradas pelo governo, empresariado e mídia. Também é possível apontar que, além de priorizar a formulação de ideias para governos e a opinião pública chinesa (por exemplo, *Global Times*, *China Daily*, *World Contemporary*, *World Affairs*), os *think tanks* divulgam suas ideias em diferentes ambientes no Brasil através de artigos e entrevistas na mídia nacional (Valor Econômico, Folha de São Paulo, Estadão, G1) em veículos do empresariado (revista do Conselho Nacional da Indústria – CNI) e em periódicos acadêmicos (Meridiano 47).

---

<sup>12</sup> A identificação se deu a partir de entrevistas aos diretores dos *think tanks*, reconhecimento dos responsáveis pelos principais cargos funcionais nos *think tanks*, consultas nos sites dessas organizações e pela quantidade de publicações desses autores.

**Quadro 1: perfil profissional e de atuação dos principais articulistas**

<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>ATUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL</b>	<b>INTERAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E NA CHINA</b>
<b>Zhou Zhiwei</b> 周志伟	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Doutor em Política Internacional ILAS-CASS (2009)</li> <li>- Mestre em História da América Latina pela Universidade de Hubei (2002)</li> <li>- Graduado em História pela Universidade Normal de Hunan (1999)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vice-diretor do Gabinete de Relações Internacionais do ILAS-CASS</li> <li>- Diretor Executivo do Centro de Estudos Brasileiros do ILAS-CASS</li> <li>- Professor e Orientador de Doutorado na UCASS</li> <li>- <i>Fellow</i> Adjunto do <i>Charhar Institute</i></li> <li>- Membro do Conselho da Associação Chinesa de Estudos Latinoamericanos e da Associação Chinesa de Estudos de História Latinoamericana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Professor visitante da USP (2007-2008)</li> <li>- Pesquisador visitante do <i>BRICS Policy Research Center</i> da PUC do RJ (2012)</li> <li>- Professor visitante do Instituto de Estudos Estratégicos UFF (2012-2013)</li> <li>- Com entrevistas na mídia brasileira e chinesa</li> <li>- Com participação em conferências e palestras no Brasil e na China</li> </ul>
<b>He shuangrong</b> 贺双荣	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mestra em Relações Internacionais da América Latina pela CASS (1988)</li> <li>- Graduada em Política Internacional pela Universidade de Pequim (1985)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vice-diretora do Centro de Estudos Brasileiros da CASS</li> <li>- Professora no ILAS-CASS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitante da FUNAG e BRICS Policy Center (2017)</li> <li>- Com publicação na FLACSO e na mídia chinesa</li> </ul>
<b>He Luyang</b> 何露杨	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Doutoranda em Relações Internacionais da América Latina pela CASS</li> <li>- Mestra em Relações Internacionais da América Latina pela CASS (2020)</li> <li>- Bacharela em Letras pela Beijing Foreign Studies University</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretária-geral Adjunta do Centro de Estudos Brasileiros da CASS</li> <li>- Professora no ILAS-CASS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretária de pesquisa na embaixada da China no Brasil</li> <li>- Com entrevistas na mídia brasileira e chinesa</li> <li>- Tradutora de livro do chinês para o português</li> </ul>
<b>Wang Fei</b> 王飞	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Doutor em Economia pela CASS (2015)</li> <li>- Mestre em Economia Internacional pela Universidade de Liaoning (2012)</li> <li>- Graduado em Finanças pela Universidade Shandong (2009)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretário-geral Adjunto do Centro de Estudos Brasileiros da CASS</li> <li>- Professor no ILAS-CASS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisador visitante do <i>BRICS Policy Research Center</i> da PUC do RJ</li> <li>- Com publicações de trabalhos acadêmicos na China</li> <li>- Com participação em conferências acadêmicas</li> </ul>

<b>Cheng Jing</b> 程晶	- Doutora em História das Relações Internacionais pela Universidade de Wuhan	- Professora associada da Faculdade de História e Cultura da Universidade de Hubei - Diretora e pesquisadora do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Hubei - Editora-chefe do Livro Amarelo do Brasil - Professora na Universidade de Hubei	- Professora visitante na Universidade Estadual Paulista no Brasil (2009-2011) - Membro da equipe editorial Conjuntura Internacional UFRGS
<b>Haibin Niu</b> 牛海彬	- Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Fudan (2006) - Mestre em Marxismo e Educação Ideológica e Política pela Universidade de Shanxi - Graduado em Gestão Administrativa pela Universidade de Shanxi	-Vice-diretor do Instituto de Política Externa do Instituto de Estudos Internacionais de Xangai - Vice-secretário geral da Associação Chinesa para Estudos Latino-Americanos - Membro da Associação de Diplomacia Pública de Xangai	- Pesquisador visitante do <i>BRICS Policy Research Center</i> da PUC do RJ (2012) - Revisor das revistas acadêmicas <i>Contexto Internacional</i> , <i>Revista Brasileira de Relações Internacionais</i> e <i>Meridiano 47</i> - Com publicações de artigos científicos em periódicos brasileiros - Com entrevistas na mídia brasileira e chinesa

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, também é importante mencionar que, apesar do interesse e investimento do governo chinês na ampliação e no aprofundamento de análises sobre o Brasil, o que, como vimos, têm gerado intensas atividades nos centros promotores, outros importantes *think tanks* de política externa, como o China Institutes of Contemporary International Relations (中国现代国际关系研究院), China Institute of International Studies (中国国际问题研究所) e o Development Research Center (国务院发展研究中心), dedicam-se a países de maior relevância estratégica para a China (Estados Unidos, Japão e Rússia) e não abordam o Brasil em suas produções públicas.

## 4.5 Análise de conteúdo da produção ideacional sobre o Brasil

Para aferir as visões sobre o Brasil, selecionamos e analisamos o conteúdo de 60 documentos produzidos pelo Centro de Estudos Brasileiros (CASS-ILAS) e o SIIS, bem como cinco extensos relatórios publicados pelo Centro de Pesquisas Brasileiro da Universidade de Hubei, o *Yellow Book Report* (anos 2016; 2017-2018; 2019; 2020; 2021). Os documentos produzidos pela CASS e o SIIS foram publicados principalmente na mídia e em periódicos acadêmicos chineses. Já as edições do *Yellow Book Report*, que tem por objetivo “ajudar os departamentos oficiais da China, os pesquisadores chineses e a sociedade chinesa a conhecer melhor a situação atual do Brasil e das relações sino-brasileiras” (CHENG, 2021), têm em torno de 320 páginas cada, contam com diversos autores e são enviados à burocracia diplomática chinesa bem como circulam nos espaços acadêmicos e em outros *think tanks* do país.

Tratamos este material com o método de Análise de Conteúdo desenvolvido por Laurence Bardin. Assim, de acordo com o objetivo deste trabalho e o conteúdo dos textos, dividimos o conteúdo da produção em três grandes agrupamentos de sentido: 1) política externa e defesa; 2) democracia, direitos humanos e desenvolvimento econômico e; 3) meio ambiente. A seguir apresentamos um quadro-resumo com o conteúdo identificado em cada uma das três grandes temáticas.

**Quadro 2: as visões gerais dos *think tanks* sobre o Brasil**

TEMA	VISÃO GERAL	CATEGORIA	CONTEÚDO
<b>POLÍTICA EXTERNA E DEFESA</b>	O Brasil é um ator internacional indispensável. Rico em recursos naturais, domina muitas tecnologias e historicamente tem compromisso com o multilateralismo/governança global	Lula/Dilma	O Brasil é um ator comprometido com uma governança global responsável e voltado a construção de uma ordem internacional representativa dos interesses dos países emergentes: política externa com forte ênfase na cooperação Sul-Sul, na defesa do multilateralismo, na integração regional e nas ações de liderança dos países em desenvolvimento. Nesse contexto, China e Brasil têm muito em comum no âmbito das relações bilaterais e multilaterais.

		Bolsonaro	O Brasil adota uma visão ideológica de extrema direita alinhada aos Estados Unidos de Donald Trump. Retira-se de compromissos multilaterais de governança global, abandona a cooperação entre os países em desenvolvimento bem como da construção de um modelo de integração regional voltado ao desenvolvimento e diálogo estabilizador. Essas ações têm forte impacto à estabilidade regional, às dinâmicas de governança global, à concertação política bilateral e multilateral com a China.
<b>DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	De acordo com cada conjuntura	Lula/Dilma	O Brasil consolida e aprofunda as suas políticas democráticas que estão fortemente ligadas à melhoria da qualidade de vida e à distribuição de renda à sua população.
		Bolsonaro	Período de muita instabilidade e incertezas política e econômica. A adoção de uma agenda conservadora tem forte impacto na democracia e na estabilidade social do Brasil pois intensifica as diferenças e a violência étnico-raciais. A adoção de um modelo econômico conservador rompe os investimentos públicos em programas sociais e estimula o aumento das contradições sociais. Somado a uma recuperação econômica limitada, há aumento do desemprego e da pobreza no Brasil. Apesar dessas considerações, as relações econômicas entre os dois países se mantêm estáveis.
<b>MEIO AMBIENTE</b>	Os recursos e as ações do Brasil o tornam um ator indispensável para se pensar o tema.	Lula/Dilma	Domesticamente o Brasil avança em muitas propostas legislativas para proteção do meio ambiente e investiu no desenvolvimento de tecnologias para energias renováveis. Internacionalmente exerceu um papel ativo bem como de defensor e coordenador de uma agenda a partir dos países em desenvolvimento. Essa agenda faz com que China e Brasil tenham interesses em comum.
		Bolsonaro	Registra-se um grande retrocesso na estrutura institucional que coloca em risco a preservação ambiental e a sobrevivência dos povos indígenas. Em termos internacionais, ameaçou se retirar dos acordos internacionais nessa área.

Observamos que em todos os eixos temáticos predominaram duas visões gerais sobre o Brasil: uma majoritariamente positiva durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) e outra, bastante crítica, a partir de Jair Bolsonaro (2019-). Dada essa convergência de posições institucionais, optamos por apresentar a exposição pelos três grandes eixos temáticos estabelecidos. Por último, dada a ênfase e proposta dos *think tanks* bem como aos documentos analisados, salientamos que o tema “Política Externa” predominou o conteúdo produzido, demandando uma análise mais extensiva de nossa parte.

#### 4.5.1 Política externa e de Defesa

De uma forma geral, nos *think tanks* chineses o Brasil é descrito como um ator internacional com grande relevância para a governança global contemporânea. Os articulistas argumentam que, além de ter participado ativamente da criação das principais organizações multilaterais, o Brasil historicamente contribui para os debates acerca das questões ambientais, de direitos humanos e de desenvolvimento econômico. Assim, o Brasil é percebido como um país com interesse e capacidades para liderar agendas ligadas ao desenvolvimento nas esferas da governança global (LUYANG, 2020; ZHOU, 2005, 2009; NIU, 2014A). De forma complementar, o Brasil é apresentado como um ator central ao desenvolvimento econômico mundial, seja pelo seu peso econômico, volume de matérias primas e recursos naturais que possui, seja pelo potencial de contribuição para o desenvolvimento através de inovações tecnológicas nos setores petrolífero e de energias renováveis. Assim, para o diretor do Centro de Estudos brasileiros da CASS-ILAS, Zhou Zhiwei, o Brasil tem:

[...] o principal **recurso mineral** do mundo necessário para os gigantes da energia. [...] Os **recursos energéticos do Brasil são caracterizados pela diversificação**, com as reservas de petróleo [...] ocupando o segundo lugar no mundo. O avanço da tecnologia de exploração e produção de campos de petróleo em alto mar deu ao Brasil uma posição importante no campo de petróleo mundial. Além disso, o Brasil é **líder mundial no segmento de energia alternativa** [...] e aproveitamento do **álcool biogásolina-cana-de-açúcar, o Brasil ocupa posição de liderança absoluta** (ZHOU, 2005, tradução nossa, grifos nossos).

Para os *think tanks* chineses, de 2003 a 2016 o Brasil incrementara sua participação internacional mobilizando a estratégia de Cooperação Sul-Sul, definida como a intensificação das relações com países em

desenvolvimento combinada com a atuação em fóruns ou agrupamentos, como BRICS, IBAS, G-20, CPLP. Como coloca Zhou,

a estratégia internacional do Brasil no início do novo século inclui quatro aspectos principais: promover a integração regional e concretizar a integração da América do Sul; priorizar o desenvolvimento da “cooperação Sul-Sul” e construir uma comunidade de futuro compartilhado para os países em desenvolvimento com base nos princípios de igualdade e independência, para realizar o diálogo Norte-Sul; por meio da participação multilateral, para ampliar a dimensão internacional da diplomacia brasileira (ZHOU, 2019, tradução nossa).

Para o autor,

a estratégia internacional “ativa e autoconfiante” do Brasil alcançou bons resultados práticos. A influência regional e global do Brasil aumentou significativamente, e sua participação nos assuntos globais também foi altamente reconhecida pela comunidade internacional (ZHOU, 2019, tradução nossa).

Esse conjunto de ações estaria gerando uma nova ordem política e econômica internacional em que os interesses dos países em desenvolvimento também começavam ser considerados nos principais processos decisórios e, por outro, uma nova dinâmica das relações e de desenvolvimento (SHUANGRONG, 2017; ZHOU, 2005, 2006, 2009; LIU, 2019; NIU, 2014A, 2015). Grande destaque é dado para o emprego brasileiro da cooperação Sul-Sul ao invés de ajuda ou doações, o que segundo Haibin Niu e Huang Fangfang, permite evitar

a conotação hierárquica do conceito de ajuda e, em vez disso, enfatizar que a cooperação é uma cooperação recíproca entre os parceiros e um compromisso com a solidariedade [e atender] às necessidades dos países em desenvolvimento e respeita os próprios parceiros; é possível explorar novos projetos de cooperação para o desenvolvimento para evitar a falta de capacidade do modelo tradicional de cooperação Norte-Sul de resolver as raízes profundas do subdesenvolvimento e da pobreza (NIU; HUANG, 2014, tradução nossa).

Um dos grandes exemplos foi a atuação do Brasil na África. Para os autores, o Brasil fortaleceu a agenda de cooperação e desenvolvimento a partir de um conjunto de atividades, tais como: desenvolvimento de tecnologias agrícolas, cooperação técnica com foco no combate a AIDS (viabilizando uma fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique) e de doenças tropicais; construção e assessoria de vários centros de treinamento profissional.



Destacam ainda a cooperação no setor de defesa, envolvendo tanto o desenvolvimento de um míssil com a África do Sul, quanto a assistência às marinhas de países da África ocidental em questões como o mapeamento conjunto da plataforma continental, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZHOU, 2016A, tradução nossa). Outro destaque é dado à diversificação das relações do Brasil praticada entre 2003 e 2016 (principalmente na América do Sul e na África), a qual teria tornado o país um promotor do desenvolvimento internacional ao estimular o comércio, a assistência econômica, o cancelamento de dívidas, os investimentos e a cooperação entre países em desenvolvimento (ZHOU, 2014A; SHUANGRONG, 2017; NIU, 2015; LIU, 2019).

Os *think tanks* descreveram o Brasil como “a potência líder na América Latina” (ZHOU, 2012, tradução nossa) e como um ator voltado a “estabelecer uma região politicamente estável, próspera e unida com base na democracia e justiça social (...)” (LUYANG, 2020, tradução nossa) e ainda como a “grande potência militar na América Latina” (ZHOU, 2006, tradução nossa). Para Zhou, em um artigo de 2012, a liderança do Brasil no estabelecimento da “Liga das Nações Sul-Americanas (sic) e do Conselho de Defesa Sul-Americano aumentou a amplitude e a profundidade da integração sul-americana (tradução nossa)”. Além disso, para Zhou (2019) o Conselho de Defesa da UNASUL contribuiria para diluir a cor dominante dos Estados Unidos nos assuntos de segurança regional. Ao destacar o papel do Brasil na arquitetura securitária regional, inclusive em operações como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), a qual a China também participou, os *think tanks* descrevem o Brasil como potência regional “amplamente reconhecida pelos países latino-americanos”, cuja ação “compartilhava o fardo dos Estados Unidos” ao mesmo tempo em que evitava o envolvimento direto de Washington (ZHOU, 2007, tradução nossa).

Para a vice-diretora do Centro de Estudos Brasileiros da CASS-ILAS, He Luyang (2020), ao promover a integração regional, o Brasil também estaria fortalecendo as negociações coletivas internacionais através da negociação em bloco, bem como se colocaria como líder da região, a partir, por exemplo, da criação da Cúpula América do Sul Países Árabes. Zhou também destacou o papel do Brasil em levar questões de desenvolvimento comum dos países sul-americanos para os organismos multilaterais internacionais, citando como exemplo as propostas de criação de um Fundo Amazônia e da elaboração e promoção do conceito de “responsabilidades históricas” no âmbito das Conferências das Nações Unidas para o Meio Ambiente (apud SALEK, 2011, não paginado).

O Brasil foi descrito frequentemente como promotor da cooperação e do diálogo internacional, a exemplo dos debates sobre “responsabilidade ao proteger” e de governança global da internet (NIU, 2014A). Dessa forma, os *think tanks* deram grande ênfase ao papel do Brasil na construção de um multilateralismo no âmbito dos países emergentes ou em desenvolvimento e seu consequente impacto na governança global (NIU, 2014A, 2014B; LUYANG, 2020; SHUANGRONG, 2017).

A busca do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e a posição da China foi um tema no qual o dissenso ficou evidenciado. Segundo Niu, “China e Brasil apoiam amplas reformas das Nações Unidas, inclusive priorizando a ampliação da representação dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança, de modo a torná-la mais eficiente e eficaz na resposta aos atuais desafios globais” (NIU, 2014, tradução nossa). Da mesma forma, Zhou aponta que os interesses brasileiros e chineses são convergentes, no sentido dos dois países conjugarem da ideia de ampliação dos espaços decisórios da governança global: “Sobre a questão da reforma da ONU, não há realmente nenhuma diferença substancial entre as posições da China e do Brasil” (ZHOU, 2014A, tradução nossa). Contudo, embora enfatizasse o apoio da China em relação ao pleito brasileiro, Zhou destaca que o Brasil “pressiona muito” e “exige demais” (ZHOU, 2014B).

Posição diferente tem Niu, que indiretamente recomenda que a China deveria apoiar o Brasil:

A angústia dos representantes brasileiros na ONU permanece, pois a China não oferece seu apoio formal ao Brasil enquanto, no passado, o Brasil reconhecia a China como uma economia de mercado. A oposição dos EUA, México e Argentina nesta questão liberou temporariamente a pressão do Brasil sobre a China. Ao contrário dos vizinhos com disputas territoriais e diferenças históricas, o Brasil deve ser o candidato mais possível para obter o apoio da China na candidatura à adesão permanente do Conselho de Segurança da ONU, considerando seu poder abrangente, liderança regional, contribuição para as atividades de paz da ONU e relacionamento mais próximo com China (NIU, 2011, tradução nossa).

Independente da reforma do conselho de Segurança da ONU, uma questão muito mais cara ao Brasil que à China, para os *think tanks*, o Brasil liderou a criação e manutenção de novos fóruns multilaterais (tais como Fórum IBAS, BASIC, BRICS) com o propósito de “unir todos os

países emergentes para formar um novo bloco político e negociar com países desenvolvidos em termos mais iguais” (SHUAGRONG, 2017, tradução nossa). Como argumentou Niu, tal iniciativa ligava-se à ambição brasileira de “desempenhar papel mais importante na manutenção da paz e do desenvolvimento mundiais e na promoção da transformação do sistema internacional” (NIU, 2014B, não paginado, tradução nossa). Segundo Niu (2014B), “o Brasil [...] atribui importância à cooperação das potências emergentes para promover a democratização das relações internacionais e atingir seus respectivos objetivos de grande potência” (NIU, 2014B, não paginado, tradução nossa) e contribui para a “[...] a reforma da estrutura de poder mundial e o estabelecimento de uma ordem descentralizada” (NIU, 2015, não paginado, tradução nossa).

Nesse enquadramento, os *think tanks* destacaram a grande convergência e potencialidade de interesses entre a China e Brasil em nível bilateral e internacional: “China e Brasil compartilham suas identidades comuns como grandes países em desenvolvimento, potências regionais e países importantes nos assuntos mundiais” (NIU, 2014B, tradução nossa). A essa narrativa, somam-se argumentações apontando como Brasil e China teriam muitos pontos em comum e deveriam atuar em conjunto, como parceiros. Como coloca Niu,

Com base nessa definição semelhante de identidade, a China e o Brasil têm visões semelhantes sobre o sistema internacional. [...] a influência internacional da China e do Brasil aumentou significativamente nos últimos anos, mas eles também estão enfrentando o dilema de capacidades insuficientes como ‘poderes incompletos’, de modo que precisam se unir estrategicamente (NIU, 2014B, tradução nossa).

É nesse contexto que se deu ênfase às ações em conjunto de China e Brasil em diversas frentes, como na MINUSTAH, G-20, BRICS, nas negociações sobre mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável nas Nações (NIU, 2010) e recomendações para o fortalecimento das relações em nível bilateral e internacional:

A era Lula testemunhou que a parceria estratégica entre China e Brasil tornou-se substantiva, ampla e influente. Para aumentar o impacto dessa parceria, os dois países devem inserir mais componentes regionais e globais na agenda bilateral. Fazendo isso, os dois lados fortalecem os laços não só em termos de cooperação econômica, mas também em termos de interação social (NIU, 2010, tradução nossa).

Os *think tanks* chineses assinalam que a política externa do governo de Michel Temer teria sido gerada num ambiente de incerteza política e econômica e se caracterizara pela visão de mundo ligada aos países desenvolvidos e ao livre comércio, afastando-se da cooperação Sul-Sul. Consequentemente, “priorizar[a] parceiros tradicionais como Europa, Estados Unidos e Japão”. De modo que estaria “apostando todas as moedas no Ocidente em declínio e sacrifica relações com países em desenvolvimento”. (SHUAGRONG, 2017, tradução nossa). Contudo, a inflexão da política externa seria ainda maior a partir de 2019 com Jair Bolsonaro: não só em relação aos governos anteriores, mas na própria tradição diplomática do país. Os *think tanks* chineses avaliam que a nova orientação interrompe uma liderança regional estabilizadora e de diálogo entre os países sul-americanos, esvazia mecanismos multilaterais de cooperação e diálogo entre países em desenvolvimento e, até mesmo, enfraquece mecanismos multilaterais tradicionais de cooperação (ZHOU, 2018; 2020; LUYIANG, 2020; BRAZIL YELLOW BOOK, 2019; 2020). Apesar das dificuldades das relações bilaterais e esvaziamento de uma atuação conjunta em diversos organismos multilaterais, os *think tanks* avaliam que em questões econômicas as relações não seriam abaladas (LIU, 2019).

Para Liu Ming (2019) e He Luyang (2020, 2021), a ideologização da política externa do Brasil se expressou, por exemplo, na priorização do alinhamento com os Estados Unidos, abandono da defesa do multilateralismo (em troca da aliança aos EUA), fortalecimento de laços com governos de direita e de hostilidade a governos de esquerda na América do Sul. Nesse contexto, o governo brasileiro teria seguido os Estados Unidos nas principais decisões internacionais, contrariando a própria tradição diplomática de não ingerência nos assuntos domésticos de outro país bem como de um articulador do diálogo regional, ao se opor abertamente aos governos da Bolívia, Cuba, Nicarágua e Venezuela. Além disso, o Brasil intensificou acordos militares e econômicos com os Estados Unidos (YANG, LIU, 2019; LIU, 2019; ZHOU, 2018, 2020). Nesse sentido, a saída da UNASUL, suspensão da CELAC e criação do PROSUL significariam o “abandono da estratégia regional de América do Sul unida e autossuficiente promovida pelo Brasil de antes” (ZHOU, 2020, tradução nossa). Além disso, estabeleceriam relações baseadas na ideologia de extrema direita, a qual afeta as políticas domésticas dos Estados e enfraquece os mecanismos regionais (LIU, 2019; ZHOU, 2020; LUYANG, 2020). Os *think tanks* chineses destacam ainda que o Brasil minimizou o multilateralismo ao não sediar a conferência do Clima em 2019, ao se retirar do Acordo do Clima e de acordos

de Direitos Humanos das Nações Unidas (YANG, LIU, 2019; SUN, 2019).

O prognóstico para as relações China-Brasil é que, sob Bolsonaro, essa orientação deve permanecer e novos itens estarão na agenda, tais como tecnologias de comunicação e comentários hostis à China, os quais deverão ser “exagerados” conforme aproximam-se as eleições de 2022 (LUYANG, 2021, tradução nossa). Ainda assim, os *think tanks* chineses não recomendam retaliações. No plano do comércio e dos investimentos, seguiram enfatizando que a “complementaridade” entre as duas economias deve se manter durante a gestão de Bolsonaro (ZHOU, 2018; BRAZIL YELLOW BOOK REPORT, 2019, 2020; LUYANG, 2021).

#### 4.5.2 Democracia, direitos humanos, desenvolvimento e economia

Na percepção dos *think tanks* chineses, as políticas desenvolvidas durante o governo Lula representaram a consolidação e o aprofundamento da democracia brasileira (LIU, 2019; NIU, 2011). Nesse período, o Brasil conjugara políticas sociais e econômicas, o que, para Zhou (2019), “garantiu a estabilidade do regime e permitiu o crescimento econômico sustentável do país”. As narrativas destacaram como as melhorias na distribuição de renda trouxeram grandes mudanças sociais, empregos e o consequente aumento da renda dos brasileiros (ZHOU, 2009). Acompanhando essa visão, Liu argumentou no *Brazil Yellow Book Report* de 2019 que,

quando o governo de esquerda estava no poder, o Brasil implementou uma série de programas de assistência social e projetos de subsistência da população, como o “Programa Fome Zero”, que permitiu que muitos pobres brasileiros resolvessem o problema de comida e roupa e se tornassem a classe média da sociedade (LIU, 2019, tradução nossa).

De forma semelhante, Niu destaca que,

sob a liderança do presidente Lula, o Brasil alcançou importantes conquistas no combate à fome, na construção de infraestrutura e no acúmulo de reservas estrangeiras por meio de políticas econômicas favoráveis ao mercado e do estímulo ao investimento privado. Por seu alto crescimento econômico contínuo, o país ganhou mais recursos para fornecer bens públicos externos. O Brasil, nesse sentido, contribuiu com seus primeiros US\$ 10 bilhões para o FMI com a compra de seus títulos (NIU, 2011, não paginado, tradução nossa).

Para os *think tanks* analisados, essa orientação teria sido aprofundada na gestão Dilma Rousseff com “novas metas de erradicação da pobreza extrema e de ampliação do acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda” (ZHOU, 2014A, tradução nossa). Contudo, a crise econômica, corrupção e o *impeachment* de Rousseff foram apontados como elementos que levaram a uma profunda crise política e econômica do Brasil (BRAZIL YELLOW REPORT, 2016; ZHOU, 2016B).

O governo de Michel Temer foi identificado com o realinhamento na política de desenvolvimento social (YANG, LIU, 2019; BRAZIL YELLOW BOOK REPORT, 2016; LUYANG, 2020; SHUANGRONG, 2017) ao passo que o governo Bolsonaro foi associado pelos *think tanks* chineses a mudanças muito negativas em termos de democracia, direitos humanos, desenvolvimento e economia (YELLOW BOOK REPORT, 2019, 2020; LUYANG, 2020; ZHOU, 2018).

Na esteira dos atritos do governo brasileiro com a China, Bolsonaro foi descrito como um político com ideias radicais que “estão fora de sintonia com a realidade dominante” (YANG, LIU, 2019, tradução nossa). Depois de uma trajetória parlamentar irrelevante, Bolsonaro teria chegado ao poder com uma agenda voltada ao fortalecimento do poder de polícia; da extrema direita marcada pelo combate à corrupção. Este último tópico, dadas as “falhas morais” de Bolsonaro, “o tornam uma figura controversa” (YANG, LIU, 2019, tradução nossa). A agenda econômica centrada na redução do *déficit* fiscal pela retração dos investimentos sociais foi interpretada como promotora de injustiças. Segundo Liu, o novo governo

não dá atenção à questão da justiça social, optou por contornar alguns problemas urgentes no processo de desenvolvimento nacional, **podendo mesmo ser considerada um retrocesso histórico em certa medida**. Após a eleição, a política fiscal do novo governo afetará a justiça social e o equilíbrio político que o governo de esquerda trabalhou tanto para criar, e **mais pessoas podem retornar à pobreza, o que não contribui para a estabilidade social do Brasil** (LIU, 2019, tradução nossa, grifo nosso).

O viés conservador também recebeu atenção dos *think tanks*. Por exemplo, segundo Sun Yi (2019), com um governo que discursivamente defende as tradições e crenças morais, o país passou a desenvolver ações de oposição ao aborto e às minorias sexuais e indígenas. Essa agenda conservadora, argumenta Sun, tem um forte impacto na estabilidade doméstica: “O conservadorismo do Bolsonaro não promoveu efetivamente a

unidade do povo brasileiro, mas aprofundou as divisões sociais” (tradução nossa). Segundo a autora, as controversas alegações contra grupos minoritários (mulheres, minorias sexuais, indígenas) podem levar a sociedade brasileira a gradativamente atacar e excluir tais grupos e potencialmente aumentar ainda mais conflitos étnicos do país.

### 4.5.3 Meio ambiente

Para o conteúdo narrativo que tratou das questões ambientais e climáticas, a apreciação dos *think tanks* estudados enfatiza que os recursos naturais do Brasil o tornam um ator indispensável em qualquer importante discussão sobre o assunto (LUYANG, 2016, 2020; LIU, 2019; SUN, 2020; SILVA, CHENG, 2019, 2020; YANG, LIU, 2019; NIU, 2014B). Assim coloca Luyang:

O rio Amazonas, que atravessa o Norte, é o rio com a maior bacia e maior caudal do mundo. O Brasil tem a biodiversidade mais rica do mundo, abundantes reservas de terras aráveis e uma agricultura competitiva. Seus recursos de água potável estão em terceiro lugar no mundo, e suas reservas hidrelétricas são as maiores do mundo. As vantagens acima determinam que o Brasil é insubstituível nas negociações climáticas (LUYANG, 2016, tradução nossa).

Luyang (2020) detalha que o Brasil é um país com “alto direito a voz e influência na governança das mudanças climáticas globais” (tradução nossa), pois, além de seus recursos naturais, o país implementou leis e políticas para lidar com questões ambientais e climáticas. Salienta ainda que, ao assumir a responsabilidade pela redução das emissões de carbono, combate ao desmatamento e busca de apoio financeiro, o país desenvolveu uma ampla agenda ambiental, que se desdobrou no desenvolvimento de tecnologias de energia limpa e na busca por estabelecer um mercado global de bioenergia. Foi, portanto, descrito como um protagonista construtivo nas negociações das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Nesse sentido, teria abandonado seu *status* de seguidor para assumir o de promotor da agenda. Como exemplo, destacam a união do Brasil com outros países com floresta tropical e países desenvolvidos para promover a inclusão da redução das emissões de gases de efeito estufa causadas pelo desmatamento e degradação nas negociações das Nações Unidas sobre clima, bem como propostas de formação do fundo de desenvolvimento limpo e do conceito de responsabilidade histórica. Além disso, destacam a inclusão do combate à pobreza, uma das Metas do Milênio das Nações Unidas, na agenda ambiental (LUYANG, 2016; NIU, 2011).

Para os *think tanks*, o governo Bolsonaro representou um grande retrocesso na política ambiental brasileira (SILVA, CHENG, 2019, 2020; LUYANG, 2020). Segundo Luyang (2020), “a postura regrediu significativamente em nome de restaurar o crescimento” (tradução nossa), o mesmo argumento destaca Silva e Cheng quando afirmam que “a fim de promover o desenvolvimento econômico das empresas agrícolas, de mineração e outras indústrias, o governo Bolsonaro adotou atitudes negativas em relação às questões ambientais” (SILVA, CHENG, 2020, tradução nossa). Destacam ainda que o governo Bolsonaro passou a sistematicamente enfraquecer as funções do Ministério do Meio Ambiente, dos órgãos de supervisão e de fiscalização bem como tolerar ações de criminosos, avaliando que “a situação ambiental futura do Brasil é preocupante” (SILVA, CHENG, 2020, tradução nossa). Ponderam ainda que a extinção da Secretaria do Meio Ambiente e do Clima mostrou como a discussão sobre o aquecimento global foi considerada irrelevante, a transferência da Agência Nacional de Recursos Hídricos e da Agência Nacional de Serviços Florestais para outros ministérios e a diminuição da representação da sociedade civil no Conselho Nacional do Meio Ambiente revelam o enfraquecimento da supervisão ambiental e favorecem a ocorrência de crimes dessa natureza (SILVA, CHENG, 2019).

À semelhança das críticas da imprensa internacional, os *think tanks* chineses destacam que o governo Bolsonaro buscou reajustar as reservas naturais e indígenas do país a fim de permitir a expansão da produção agrícola, da mineração e da extração de madeira, especialmente na região amazônica (SILVA, CHENG, 2019, tradução nossa). Também dão ênfase ao impacto dessas medidas sobre a população indígena:

Não é difícil perceber que o governo Bolsonaro não levou em consideração a vida real dos indígenas e atendeu mais aos interesses dos grandes latifundiários e das empresas agrícolas. Essas políticas governamentais não só piorarão as condições de vida dos indígenas, mas também intensificarão e darão continuidade aos conflitos entre os indígenas e o governo, ameaçando a estabilidade da sociedade brasileira (LIU, 2019, tradução nossa).



## 4.6 Conclusão

Ainda pouco explorado por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, os estudos sobre os *think tanks* chineses fornecem importantes contribuições para se identificar as ideias sobre o Brasil que informam as decisões chinesas. Apesar de o meio decisório da política externa chinesa permanecer bastante opaco, a crescente demanda governamental e empresarial bem como as inovações institucionais e funcionais desenvolvidas para essas organizações nas últimas décadas levaram os *think tanks* a tornarem-se fontes alternativas de assessoramento para lideranças e fornecedores de conhecimento especializado à mídia e ao empresariado chineses. Fortemente vinculados ao governo e ao Partido, os *think tanks* são organizações que refletem tanto a disputa das diferentes correntes de ideias para se consolidarem na agenda política quanto as demandas governamentais e empresariais.

Ao descrevermos o panorama institucional dos *think tanks* chineses e identificarmos aqueles que se dedicam ao Brasil, reconhecemos algumas características da circulação de análises sobre o Brasil. Impulsionados pelas políticas de aproximação com o Terceiro Mundo e depois com o Sul Global, alguns dos mais importantes *think tanks* chineses produzem sobre o Brasil desde a década de 1960. Contudo, a partir dos anos 2000, o país assumiu maior importância para essas organizações. Em decorrência do crescimento do papel internacional e bilateral, expandiu-se a demanda (governamental, empresarial e pública) por dados, análises políticas e por maior interação entre diferentes atores das sociedades dos dois países. Nesse contexto, a CASS e a Universidade de Hubei criaram centros especializados e o SIIS passou a desenvolver uma agenda específica para analisar a intenção e atuação internacional do Brasil. Com funções múltiplas e sobrepostas, os *think tanks* analisados produziram ideias e recomendações políticas sobre o Brasil a partir de quadros altamente especializados que, por diferentes mecanismos, circularam nos espaços decisórios da política, do empresariado e também ao público chinês e para a audiência brasileira.

Durante os primeiros quinze anos do século XXI, os *think tanks* enfatizaram a convergência de interesses entre China e Brasil no desenvolvimento social, na promoção do multilateralismo e da cooperação Sul-Sul. Nesse período o Brasil foi apresentado como um país que avançava suas políticas sociais e de preservação ambiental, mantinha sua estabilidade

econômica e era um ator com capacidade e interesse no desenvolvimento de agendas internacionais voltadas principalmente aos interesses dos países em desenvolvimento.

Com as mudanças nas orientações políticas ocorridas a partir do governo Temer, o país não figurou mais como um parceiro. Para os *think tanks*, o Brasil mudou significativamente suas posições ao se aproximar dos Estados Unidos de Donald Trump e não se mostrou mais um ator regional estabilizador e promotor do desenvolvimento internacional. As políticas ambientais e sociais também sofreram grande retrocesso para os *think tanks* chineses, de modo que, portanto, não haveria mais convergências de interesses políticos entre os dois países, apesar de se verificar que os instrumentos formais entre os dois países e das relações econômicas terem se mantido.

De uma forma geral, identificamos que o conteúdo e a orientação política sobre o Brasil se aproximam do que Shambaugh definiu como Escola do Sul Global da identidade internacional chinesa. O Brasil foi um ator político relevante internacionalmente e para a China na medida em que defendeu o BRICS, o G-20 bem como a construção de uma ordem global multipolar.

Nota-se ainda que essa agenda de análises e atividades sobre o Brasil nos *think tanks* chineses especializados no tema, apesar da pouca convergência política registrada desde meados de 2016, mantém-se intensa. Diferentemente dos *think tanks* de outros países que após 2014 passaram a retrair suas agendas/produções acerca do Brasil (WIETCHIKOSKI, SVARTMAN, 2020), nos *think tanks* chineses verifica-se o crescimento dos investimentos e da agenda de pesquisa. Assim, observamos a manutenção da importância do Brasil à China e é possível acompanhar a produção dessas organizações para se identificar os possíveis horizontes de possibilidades políticas para o governo e o empresariado chinês acerca do Brasil.

Por fim, é importante destacar que esta pesquisa, ainda em andamento, tem se mostrado uma tarefa bastante desafiadora. As barreiras linguística, cultural e de funcionamento da *internet* são adversidades que demandam muito tempo e exigem perseverança, o que é em parte amenizado por um ambiente de pesquisadoras e pesquisadores de ambos os países que estão engajados e dispostos a compartilhar experiências e conhecimento.

## Referências

- ABB, Pascal. China's Foreign Policy Think Tanks: institutional evolution and changing roles, *Journal of Contemporary China*, 24:93, 531-553, 2015.
- ABB, Pascal; KÖLLNER, Patrick. Foreign policy think tanks in China and Japan: characteristics, current profile, and the case of collective self-defence. *International journal: Canada's journal of global policy analysis*, 70(4), 593-612, 2015.
- ABELSON, Donald. *Capitol Idea: Think Tanks and US Foreign Policy*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2006.
- AHMAD, Mohmood. The Role of Chinese Think Tanks in Foreign Policy Making: Growing Influence and Political Limitations. *The Dialogue* 389 Volume III, Number 3 2008.
- BECARD, Daneilly; MACEDO, Bruno. Chinese multinational corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors. *Rev. Bras. Polít. Int.* 57 (1): 143-161[2014].
- BECARD, Danielly. O que esperar das relações Brasil-China? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, nov. 2011.
- BRAZIL YELLOW BOOK REPORT 2019 (巴西黄皮书). 摘要 (Introduction). 2019.
- CASS. China Academy of Social Sciences.  
Disponível em: <http://casseng.cssn.cn/>. 2021
- CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China). Sobre o CEBC.  
Disponível em: <https://www.cebc.org.br/sobre-o-cebc/>. Acesso em: 1 out. 2021.
- CEPIK, Marco et al. Missing the China factor: evidence from Brazil and Mexico. *Economic and Political Studies*, 2021, V. 9, N. 3, 358-377.
- CERVO, Amado Luiz. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World. *Revista Brasileira de Política Internacional* [online]. 2010, v. 53, n.spe [cited 2016-08-24], pp.7-32.
- CHENG, Jing. Questionário para o Centro de Pesquisas Brasileiro da Universidade de Hubei- Prof. Dra. Cheng Jing. 2021.
- FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 53, n. 1, p. 141-156, July 2010.  
Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003473292010000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292010000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 maio 2018.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000100008>.

GANG, Li *et al.* The 2017 China Think Tank Index Report: Methodology and Think Tank Rankings. Chinese Think Tank Research and Evaluation Center, Nanjing University and Think Tank Research and Release Center, Guangming Daily, December 2017. Disponível em: <https://cttrec.nju.edu.cn/DFS//file/2019/09/12/2019091210493092435ejz5.pdf>.

GSCASS. Graduate School Chinese Academy of Social Sciences. General information. Disponível em: <http://www.gscass.cn/english/html/list/201/list1.html>. 2021.

HUBEI UNIVERSITY. 湖北大学巴西研究中心成立. Disponível em: <http://www.hubu.edu.cn/info/1246/22276.htm>. 2021.

ITAMARATY. Embaixada do Brasil em Pequim, 2021. Disponível em: [http://pequim.itamaraty.gov.br/pt-br/a\\_embaixada.xml](http://pequim.itamaraty.gov.br/pt-br/a_embaixada.xml). Acesso em: 1 de out. 2021.

ILAS-CASS. Institute Latin America. Disponível em: <http://ilas.cass.cn/ens/>. 2021B.

ILAS-CASS. Revista de Estudios Latinoamericanos. Disponível em: [http://ilas.cass.cn/ens\\_new/publicaciones/rdel/](http://ilas.cass.cn/ens_new/publicaciones/rdel/). 2021A.

LI, He. The Role of Think Tanks in Chinese Foreign Policy, Problems of Post-Communism, 49:2, 33-43, 2002.

LIU, Ming, (刘明). 从2018年巴西总统大选透视拉美政治生态变迁及一体化发展 (Perspectives on the changes and integrated development of Latin America's political ecology from the 2018 Brazil presidential election). *In*: 巴西黄皮书 (Yellow Report), 2019.

LUYANG, He (何露杨). 巴西参与全球治理: 卢拉和博索纳罗政府的比较分析 (Brazil's Participation in Global Governance: A Comparative Analysis of the Governments of Lula and Bolsonaro). 西南科技大学学报: 哲学社会科学 (Journal of Southwest University of Science and Technology), Oct. 2020, v. 37, n. 5.

LUYANG, He (何露杨). 巴西季评No.20 (2021Q3) (Brazil Quarterly Review No.20 (2021Q3)). 巴西研究中心 (Centro de Estudos Brasileiros), 2021.

LUYANG, He (何露杨). 巴西气候变化政策及其谈判立场的解读与评价 (Interpretation and Evaluation of Brazil's Climate Change Policy and Its Negotiation Position). 拉丁美洲研究 (Latin American Studies), Apr. 2016, v. 38, n. 2.

MEDVETZ, Thomas. *Think tanks in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012. xiv, 324 pp. ISBN 0226517292.

MONTENEGRO, Renan Holanda; CUMARÚ, João Ricardo. Universidades e Institutos de Pesquisa como Atores de Política Externa na China. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 5, n. 3, dez./2020, pp. 67-85.

MCGANN, James. 2020 Global Go To Think Tank Index Report. University of Pennsylvania, 2021.

- NIU, Haibin (牛海彬). Emerging Global Partnership: Brazil and China Parceria Global Emergente: Brasil e China. *Rev. Bras. Polít. Int.*, 53 (special edition): 183-192 [2010].
- NIU, Haibin (牛海彬). *Emerging Global Partnership: Brazil and China*, Sept. 23, 2011.
- NIU, Haibin (牛海彬). 巴西的金砖战略评估 (Brazil's BRICS Strategy Assessment). SIIS 2014A.
- NIU, Haibin (牛海彬). 中国巴西关系与金砖国家合作 (China-Brazil Relations and BRICS Cooperation). 2014B.
- NIU, Haibin. Questionnaire for fellow Dr. Haibin Niu – Shanghai Institutes for International Studies (SIIS). 2021.
- NIU, Haibin (牛海彬); HUANG, Fangfang (黄放放). 巴西与2015年后国际发展议程 (Brazil and the post-2015 international development agenda). Sept. Shanghai Institutes for International Studies (SIIS), Sept. 10, 2014.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. *Rev. Bras. Polít. Int.*, 47 (1): 7-30 [2004].
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. *Revista Brasileira de Política Internacional* [online]. 2010, v. 53, n. 2, pp. 88-105. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000200005>. Acesso em: 18 out. 2021. (E-pub) 18 jan. 2011. ISSN 1983-3121.
- OLIVEIRA, Henrique. A. DE. Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa? *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, n. 1, p. 143-160, 4 dez. 2019.
- SALEK, Silvia. Brasil deve tentar aproveitar melhor investimentos da China, diz acadêmico. *Folha de São Paulo*, 11 de abril de 2011.
- SHAI, Ming-Chen; STONE, Daiane. The Chinese tradition of policy research institutes. In: STONE, Diane; DENHAM, Andrew (Eds.). *Think tank traditions: policy research and policy ideas*. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- SHAMBAUGH, David. *China goes global. The partial power*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- SHUAGRONG, He (贺双荣). 巴西与金砖国家合作机制:战略考量、成果评估及可能的政策调整 (Brazil and the BRICS cooperation mechanism: strategic considerations, results evaluation and possible policy adjustments). 全球治理 (Global Governance), *Contemporary World*, 2017, v.8.
- SIIS. *Shanghai Institutes for International Studies*. About Us. Disponível em: <http://www.siis.org.cn/EnIndex>. 2021.
- SILVA, Alexandre Pereira da; Cheng Jing (程晶). 环境与军事目的兼顾:2018年巴西大型海洋保护区的创建. In: 巴西黄皮书 (Yellow Report). 2019.

SILVA, Alexandre Pereira da; CHENG, Jing (程晶). 历史性倒退: 2019年博索纳罗政府环境政策评析 [巴西(Historic Retrogression: Comment on the Environmental Policy of Bolsonaro Government in 2019 [Brazil]). *In: 巴西黄皮书 (Yellow Report), 2020.*

SILVA, Alexandre Pereira da; CHENG, Jing (程晶). 环境与军事目的兼顾: 2018年巴西大型海洋保护区的创建 (巴西)(Environmental and military objectives: the creation of Brazil's large marine protected area in 2018 (Brazil)). *In: 巴西黄皮书 (Yellow Report), 2019.*

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). *Contexto Internacional, 37(1), 143-184. 2015.*

SUN, Yi (孙 怡). 变革与争议并行: 2019年巴西政治形势分析 (Change and Controversy Parallel: Analysis of Brazil's Political Situation in 2019). *In: 巴西黄皮书 (Yellow Report), 2020.*

STONE, Diane. Private authority, scholarly legitimacy and political credibility: think tanks and informal diplomacy. *In: HIGGOTT, R. A.; UNDERHILL, G. R. D.; BIELER, A. (Org.). Non-state actors and authority in the global system, London: Routledge, 2000. XVII, 301 pp. (Routledge/Warwick studies in globalisation, 1). p. 211-225.*

STONE, Diane. Recycling Bins, Garbage Cans or Think Tanks?: Three Myths Regarding Policy Analysis Institutes. *Public Administration, v. 85, n. 2, p. 259-278, 2007. doi: 10.1111/j.1467-9299.2007.00649.x.*

SUN, Yi. (孙 怡). 巴西大选透视及内政外交走势分析 (Perspectives on Brazil's General Election and Analysis of Internal and External Affairs Trends). *In: 巴西黄皮书 (Yellow Report), 2019.*

TANNER, M. Changing Windows on a Changing China: The Evolving "Think Tank" System and the Case of the Public Security Sector. *The China Quarterly, 171, pp. 559-574, 2002.*

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto int., Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, Dec. 2007.*

WANG, Fei (王 飞). 2019年巴西地区战略调整: 以南方共同市场为例 (Regional strategic adjustments in Brazil in 2019: Taking Mercosur as an example). *In: 巴西黄皮书 (Yellow Report), 2020.*

WIETCHIKOSKI, Luciana; SVARTMAN, Eduardo. Decifrando o "Trump tropical": Análise das percepções dos *think tanks* dos Estados Unidos sobre a eleição e o governo Bolsonaro. *Conjuntura Austral, v. 11, n. 56, p. 7-19, 2020. doi:10.22456/2178-8839.96222.*

YANG, Shouguo (杨首国); LIU, Waner (刘婉儿). 2018年巴西内外发展形势评估 变化中的巴西 (Evaluation of Brazil's internal and external development situation in 2018 Brazil in change). *In: 巴西黄皮书 (Yellow Report), 2019.*

- ZHOU, Zhiwei (周志伟). 巴西的战略地位与中巴关系 (Brazil's Strategic Position and China-Brazil Relations). 拉丁美洲研究 (Latin American Studies), v. 28, Jun. 2006.
- ZHOU, Zhiwei (周志伟). 中国—巴西关系“风波”与巴美接近 (The “turmoil” of China-Brazil relations is close to that of Brazil and the United States). *World Affairs*, Oct. 2020.
- ZHOU, Zhiwei (周志伟). 博索纳罗当选巴西总统与中巴关系的未来 (Bolsonaro's election as Brazil's president and the future of China-Brazil relations). 当代世界. (Contemporary world), March 2018.
- ZHOU, Zhiwei (周志伟). 周志伟: 巴西国际战略研究:理念、实践及评估. (Research on Brazil's International Strategy\_Concept, Practice and Evaluation). *The paper*, Sept. 2019.
- ZHOU, Zhiwei (周志伟). 巴西的软实力建设: 不一样的崛起 (Brazil's soft power building: a different rise). 当代世界. (Contemporary world), jun., 2014A.
- ZHOU, Zhiwei (周志伟). 中巴关系“伙伴论”与“竞争论”: 巴西的分析视角 (“Partnership” and “Competitive Theory” in Sino-Brazil Relations: Brazil's Analytical Perspective). (Latin American Studies), v. 36, n. 2, April, 2014B.
- ZHOU, Zhiwei (周志伟). 总统弹劾后的巴西政治生态及外交走势 (Brazil's Political Ecology and Diplomatic Trends after the President's Impeachment). 当代世界. (Contemporary world), Oct. 2016B.
- ZHOU, Zhiwei (周志伟). 新世纪以来的巴西对非政策: 目标、手段及效果 (Brazil's Strategy to Africa in the New Century Objectives, Instruments and Effects). 2016A.
- ZHOU, Zhiwei (周志伟). 日趋成熟平衡的巴西与美国关系 (The maturing and balanced relationship between Brazil and the U.S.). 拉丁美洲研究 (Latin American Studies), v. 29 n. 3, June 2007.
- ZHOU, Zhiwei (周志伟). Da potência potencial eterna a um dos BRICS em ascensão. 当代世界 (Contemporary world), Nov. 2009.
- ZHOU, Zhiwei (周志伟). 巴西“大国地位”的内部因素分析 (Analysis of Internal Factors of Brazil's “Great Power Status”).拉丁美洲研究 (Latin American Studies), Aug. 2005, v. 27, n. 4.
- ZHOU, Zhiwei. Questionnaire for the Center for Brazilian Studies of ILAS\_CASS. 2021.
- ZHU, Xufeng. Government Advisors or Public Advocates? Roles of Think Tanks in China from the Perspective of Regional Variations. *The China Quarterly*, 207 pp., 2011.
- ZHU, Xufeng; XUE, Lan. Think tanks in transitional China: public administration and development. *Public Admin. Dev.* 27, 452–464 (2007). Publicado online em: Wiley InterScience (www.interscience.wiley.com) doi: 10.1002/pad.465.

## Sobre as autoras e os autores

**Alexandra Arkhangelskaya** é doutora em Relações Internacionais e pesquisadora do Instituto de Estudos Africanos da Academia Russa de Ciências Sociais. Seus interesses de pesquisa envolvem o desenvolvimento dos BRICS, potências emergentes, África Austral e relações internacionais da Rússia.

**Boris P. Zabolotsky** é doutorando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e investiga as relações entre o Ocidente e a Rússia no pós-Guerra Fria a partir de uma perspectiva teórica pós-estruturalista.

**Bruna Rohr Reisdorfer** é doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizou estágio de pesquisa na Cátedra de Estudos Europeus e Relações Internacionais da Julius-Maximilians Universität Würzburg. Pesquisa os seguintes temas: cooperação em Defesa na Europa, Integração Regional, Política de Defesa Brasileira e Segurança Internacional.

**Daniel Buarque** é doutorando em Relações Internacionais pelo programa de doutorado conjunto do Kings College London e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). É jornalista e pesquisa temas relacionados à percepção externa do Brasil, imagem do país, *nation branding* e política externa brasileira.

**Eduardo Munhoz Svartman** é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Pesquisa e orienta na pós-graduação sobre *think tanks*, pensamento estratégico, políticas de defesa nacional e relações civis-militares.

**Fabiano Pellin Mielniczuk** é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e foi coordenador de pesquisas do BRICS Policy Center da PUC-Rio. Suas áreas de interesse são: Teoria Política e Teoria de Relações Internacionais; Relações Internacionais da Rússia, do Espaço da Antiga URSS e da Europa; BRICS.



**Fernando Preusser de Mattos** é doutor em Ciência Política pela Universität Hamburg e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi PhD Fellow do Institute for Peace Research and Security Policy at the University of Hamburg (IFSH) e bolsista do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) durante a realização do doutorado pleno no exterior. Suas áreas de pesquisa e atuação incluem relações Brasil-União Europeia, segurança internacional e desenvolvimento sustentável.

**Luciana Wietchikoski** é doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realiza pós-doutorado junto à Universidade Federal de Santa Catarina. Investiga os seguintes temas: as construções internacionais de ideias sobre o Brasil, *think tanks* em perspectiva comparada e política externa dos Estados Unidos para a América Latina.

**Vinícius Mariano de Carvalho** é diretor do Kings Brazil Institute, vice-decano internacional da Faculty of Social Science & Public Policy (SSPP) e reader no Department of War Studies do Kings College London. Tem experiência nos seguintes temas: Estudos brasileiros e latino-americanos, Relações Civil-Militares, Operações de manutenção da paz e políticas de defesa.